

Impasse sobre LDO continua

MAURÍCIO CORRÊA

BRASÍLIA — A falta de acordo a respeito da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) deverá obrigar os parlamentares a trabalhar no fim de semana. Ontem, o vice-líder do PSDB, deputado Paulo Hartung (ES), acusou o governo de tentar aprovar o substitutivo do relator do projeto da LDO, deputado Messias Góis (PFL-SE), sem que passe por discussão na Comissão Mista do Orçamento. “Estão querendo aplicar um rolo compressor na comissão, para aprovar o relatório Messias Góis do mesmo modo como foi negociado com a equipe econômica do governo”, disse Hartung. Hoje, a Mesa Diretora do Congresso definirá a nova data de votação do projeto no plenário da comissão.

De acordo com a Constituição, o Congresso só pode entrar em recesso depois de aprovar a LDO. Já estava decidido que a proposta seria apreciada ontem e hoje, para ser votada amanhã, pelos 120 integrantes da comissão. No entanto, a primeira sessão de discussão, pela manhã, durou poucos minutos, por causa de uma questão de ordem levantada pelo PT e pelo PSDB. Os dois partidos não admitiram a deliberação em plenário antes



Murilo Claretto/AE—4/3/91

Benevides: recesso ameaçado

do prazo regimental, que fixa a votação para três dias depois da leitura do substitutivo pelo relator.

Góis protocolou seu parecer na comissão no final da tarde de segunda-feira. O documento foi lido na sessão de terça-feira e ficou acertado que seria submetido à decisão da comissão amanhã, para permitir a votação no

plenário do Congresso no final de semana. A liderança do governo, contudo, começou a pressionar para que a LDO fosse votada antes do prazo legal.

Os congressistas só podem entrar em recesso, na próxima semana, após a votação da LDO. Diante do impasse, o presidente da comissão, senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO), suspendeu a sessão de ontem e deixou a decisão para o senador Mauro Benevides (PMDB-CE), presidente do Congresso. “Lavo as minhas mãos”, disse Aragão. “A decisão, agora, é da Mesa Diretora do Congresso.” O deputado José Genoíno (PT-SP) garantiu que não abre mão do cumprimento do prazo regimental. Para Hartung, a questão é mais complexa: “O governo está querendo embolar o meio de campo, evitando uma discussão ampla em torno da LDO”, argumentou.

Em um documento de cinco páginas, Hartung criticou o substitutivo apresentado por Góis. “A manutenção do substitutivo transmitirá à sociedade a idéia de que muito pouco ou nada deve ser feito para recompor a malha rodoviária, frear a degradação dos nossos portos, evitar o colapso de energia elétrica ou a assustadora queda de qualidade nos serviços de telefonia”, comentou.